



Universidades Lusíada

Uma profissão e sua história na cidade do Porto

<http://hdl.handle.net/11067/3497>

Metadados

| | |
|---------------------------|---|
| Data de Publicação | 1985 |
| Palavras Chave | Assistentes sociais - Portugal - Porto, Serviço social - Portugal - Porto, Instituto Superior de Serviço Social do Porto - História |
| Tipo | article |
| Revisão de Pares | Não |
| Coleções | [ULL-ISSSL] IS, n. 02-03 (1985) |

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-05-04T17:35:52Z com informação proveniente do Repositório

UMA PROFISSÃO E A SUA HISTÓRIA NA CIDADE DO PORTO

Cooperativa de Ensino Superior de Serviço Social ISSS Porto

O Instituto Superior de Serviço Social do Porto, no ano do seu 30.º aniversário e pretendendo assinalar a sua institucionalização como Cooperativa de Ensino Superior Particular, promoveu nos meses de Abril e Maio de 1986 um ciclo de debates em mesa-redonda de que damos resumida nota.

Formação em Serviço Social

A mesa contou com a participação de: A. S. Maria Augusta Negreiros; A. S. Esmeraldina Oliveira; A. S. Maria Helena Cabral; A. S. Inocência Margarida Garcez; A. S. Alcina Monteiro.

A história do Instituto de Serviço Social do Porto e da evolução de formação dos Assistentes Sociais em Portugal constituíram os primeiros temas da mesa.

«Este é um momento histórico para a profissão. Em Portugal, pela 1.ª vez, os A.S. se assumem autonomamente como os responsáveis da formação dos profissionais.»

Maria Augusta Negreiros situou o momento actual do Instituto de Lisboa que considera um período que se repercutirá na profissão pelos factores de natureza institucional que dão ao ISSSL (já legalizado como cooperativa de ensino) um suporte jurídico de autonomia e maior capacidade de negociação.

A formação com um plano curricular de 5 anos mantêm os vectores da formação teórica e prática e contém como inovador o facto de não se dirigir apenas à acção directa mas também às outras funções que os A. S. desempenham frequentemente: gestão de serviços, supervisão técnica e investigação social.

O debate acentuou o interesse de articulação dos três Institutos e discutiu mais pormenorizadamente a evolução da formação e do estatuto dos profissionais.

Serviço Social e Educação

A mesa contou com a participação de: Dr. Paulo Melo; A. S. Adelina Garcia; Dr.^a Angelina Carvalho; Dr. Diogo Vasconcelos; A. S. Maria Helena Vieira Nunes; Prof. Doutor Stephen Stoer.

Adelina Garcia fez uma resenha histórica breve da vida do IASE: a criação em 1971 com objectivos de apoio aos estudantes; a época de 1974-78 com uma actuação próxima das escolas e integrada nas estruturas comunitárias locais; depois de 1980 assiste-se ao regresso ao seguimento individual de alguns casos e à diminuição progressiva dos meios económicos de apoio social e posterior desactivação do IASE relativamente ao ensino primário. Os técnicos do IASE ficam afectos ao ensino preparatório, coadjuvando os professores responsáveis pela acção social na escola. Seguiu a sua intervenção pela apresentação da Divisão de Orientação e Educação da DGEB e suas funções ao nível da formação de professores e de funcionários e de orientação junto das escolas e das famílias;

Helena Nunes relatou uma experiência de trabalho em que participou nos anos 70 enquanto Assistente Social do CEE. A descentralização dos serviços a partir de 1975 permitiu caracterizar a situação das crianças em idade primária com dificuldades de aprendizagem no distrito do Porto. Um inquérito à relação escola-meio, relação professor-aluno e à formação do professor, substituiu-se como método de trabalho ao estudo individual de cada caso problema. Este trabalho foi realizado no concelho de Felgueiras e contou com o apoio do inspector escolar e das 10 escolas primárias da zona. Entre outros factos, o estudo dos mapas escolares evidenciou que 28% das crianças inscritas na primeira fase tinham já três e mais matrículas na escola. E o inquérito respondido pelos professores mostrou como os factores do insucesso são endógenos à estrutura escolar e social. Daí que conclua pelo erro em retirar determinadas crianças da escola como se nelas residisse a dificuldade. O trabalho não pôde continuar, em grande parte devido às restrições legais que foram posteriormente colocadas à intervenção nas escolas por estruturas que não dependentes do ME (o CEE pertencia ao MAS).

Angelina Carvalho apresentou a escola Preparatória do Cerco do Porto e as crianças que a frequentam — situações económico-familiares de desemprego, condições habitacionais degradadas, carências nutritivas graves, delinquência juvenil, etc. Além das dificuldades apontadas, falou-nos também da originalidade do trabalho de um Conselho Directivo Escolar que chegou a ponto de negociar com o chefe do bando juvenil local os direitos dele na escola em troca dos deveres de protecção e não interferência a outros níveis. Referindo-se ao interesse da presença de Assistentes Sociais numa escola, não deixou de acentuar que o aluno com problemas é gerador de um problema pedagógico que a escola não pode ignorar remetendo-o para o meio social familiar como vivência exclusiva.

A escola tem possibilidades educativas alargadas nomeadamente como pólo aglutinador de grupos da comunidade em que se insere; relações funcionais entre técnicos dos diversos organismos deveriam ser incentivadas.

Diogo Vasconcelos falou sobre as necessidades sentidas especificamente pelos estudantes e que influenciam o interesse e os resultados escolares — carências alimentares, problemas de transporte, apoio dos pais. Acentuou nomeadamente os resultados da desigualdade, à partida, entre os estudantes privilegiados pela cultura dominante e os estudantes oriundos de estratos sociais com menor integração na cultura escolar. O papel do Assistente Social escolar dirigir-se-ia quer a alunos, quer a professores, quer a funcionários, numa acção de sensibilização dos delegados de turma quanto à importância do seu papel e das funções da AE, por exemplo na integração dos estudantes que chegam à escola pela primeira vez, bem como na gestão da escola; semelhante seria a acção junto dos directores de turma. Assinalou que os funcionários são muitas vezes esquecidos em acções de sensibilização e formação se bem que muitas vezes os estudantes se relacionem com eles mais directamente do que com os professores. Na sua óptica, o AS seria um consultor especializado e privilegiado dos professores, alunos e funcionários, sendo além disso, um catalisador dos problemas sociais e económicos existentes que se reflectem no aproveitamento escolar.

Stephen Stoer subordinou a sua intervenção ao tema «sair da normalização reconstruindo normalidade» que considerou poder resumir as intervenções anteriores. O papel do AS poderá situar-se em dois modelos: o primeiro, mais tradicional, é o da ordem, das certezas; e um segundo, do pensamento crítico, mais imaginativo. No primeiro modelo o AS atenderia ao disfuncional, ao desvio, ao marginal enquanto técnico especializado que intervém pontualmente para resolver um problema social. Complementa o professor e em casos extremos até o pode substituir. É o intermediário entre a escola e a comunidade. No segundo modelo o AS terá funções de mobilização cultural e educativa. A escola tem duas vertentes — de continuidade e de contestação. O AS alarga o processo educativo, desenvolve uma nova lógica de ensino, encorajando o pensamento da especificidade do sistema educativo. Este modelo de inovação e transformação poderá tornar possível, num trabalho conjunto do AS e do professor, a passagem de uma acção de normalização para a construção da normalidade.

Serviço Social Autárquico

A mesa contou com a participação de: Presidente da Câmara de Matosinhos — Sr. Narciso Miranda; Arq.^o José Gomes Fernandes; Presidente da Junta de Freg. Ramalde — Sr. José Oliveira Torres; A. S. António Júlio Roque; A. S. Olívia Gouveia Oliveira; A. S. Miguel Ferreira Meireles.

A Mesa sobre Serviço Social Autárquico com a participação de agentes políticos e técnicos locais, revelou:

- Uma inserção importante e dominante ao nível do Município no quadro dos Serviços Municipais de Habitação.
- Uma fase incipiente, mas extremamente rica de conteúdo e significado na ligação ao nível de Juntas de Freguesia em meio urbano.

No que respeita ao Serviço Social nos Municípios, sobressaiu:

- A permanência de altos níveis do investimento técnico-profissional na área original e tradicional de trabalho:
Alojamento/Habitação, ressentindo-se, no fundamental, da ausência de uma política e plano nacional de Habitação e da dependência quase total a este nível do poder local em relação ao Centro que se traduz:
 - Numa prática profissional gestora dos conflitos psico-sociais e políticos que as situações altamente carenciadas e o abismo entre procura e oferta provocam ou potenciam.
 - Em procedimentos e acções de dimensão pontual e casuística, quase exclusivamente de natureza técnico-administrativa e burocrática, com intervenção ao nível da atribuição de habitações sociais (quando as há), dos problemas socio-culturais de adaptação, da normalização de situações jurídico-financeiras irregulares.
 - Em diagnósticos de situação inacabados, inconsequentes e sem operacionalidade por via dos constrangimentos jurídicos impositivos de uma perspectiva individualista em desfavor de áreas problema.
 - Num investimento insignificante ao nível dos equipamentos e infra-estruturas no quadro de uma concepção jurídico institucional e política que reduz Habitação a alojamento.
- Como consequência, a valorização de uma função de triagem e encaminhamento — urgindo coordenação — das situações problemas, que por norma acumulam com as condições degradantes de alojamento, para os serviços e instituições, locais ou regionais competentes.
- Experiências isoladas (hipótese em aberto) de participação na elaboração dos Planos Directores Municipais, limitada ao contributo na fase do diagnóstico de situação.

A experiência em Juntas de Freguesia, reflectindo a escassez de recursos técnico-financeiros e, em simultâneo o pressionamento socio-político que as relações de proximidade territorial e o grau de informalidade favorecem, manifesta:

- Uma perspectiva profissional de totalidade territorial e social como tendência, ainda que predominantemente induzida pela multivariada natureza de problemas sociais que lhe solicitam respostas.

- Apoio e estímulo, procurado e provocado, em agentes individuais colectivos, organizações, serviços e colectividades, locais ou regionais, na procura das soluções que os meios próprios inviabilizam.
- Índices de interconhecimento e articulação entre agentes públicos e privados elevados, a sugerir a necessidade prática da coordenação.
- Sensibilidade reforçada para o prosseguimento efectivo da descentralização em extensão e profundidade.

Em termos de conclusão a Mesa-Redonda sugeriu:

- A necessidade e urgência de um enquadramento municipal alternativo aos S.M.H. que contemple e assegure em simultâneo:
 - A especificidade e globalidade dos aspectos socioculturais locais.
 - Uma articulação política e quadro de técnicos com autonomia adequada àquela especificidade.
 - O acesso ao nível da definição das políticas e planos sociais municipais.
- O imperativo de uma clara e superior descentralização e desconcentração das competências e serviços entre os diferentes níveis do poder e da administração na base de escalas geo-sociais adequadas.
- Um aprofundamento subsequente de análise e reflexão sobre as questões sectoriais inventariadas.

Serviço Social e Saúde

A mesa contou com a participação de: Prof. Doutor Eurico de Carvalho Figueiredo; A. S. Maria Isabel Lerenó; Enf.^a Maria Lucinda Marreiros Manita; Prof. Doutor Octávio Cunha; A. S. Luísa Ferreira da Silva.

As intervenções focaram as questões da interdisciplinaridade na intervenção, do trabalho em equipa e da especialização das técnicas de intervenção terapêutica.

O funcionamento de um Centro de Saúde e suas potencialidades de acção comunitárias foram apresentadas através do exemplo de uma acção integrada de saúde na zona do centro da Sé.

Abordados especificamente o caso da psiquiatria e da pediatria, foram para cada uma dessas áreas apontados aspectos preferenciais de intervenção do modelo de conhecimento social.

O estatuto do técnico de serviço Social nas instituições de saúde portuguesas foi analisado do ponto de vista de uma Maternidade. Isabel Lerenó aproveitou para comparar a sua experiência nessa instituição com o conhecimento obtido em estágio numa instituição similar nos EUA. Reconhecidas as funções como idênticas... é ao nível dos meios técnicos (em pessoal e em recursos materiais) que se diferenciam grandemente as potencialidades profissionais do Serviço Social nas duas instituições comparadas.

O debate concluiu pelo reconhecimento da importância do técnico social nas equipas de saúde, com apelo a que o ISSSP dinamize projectos de intervenção que imponham nos Serviços de Saúde o reconhecimento da necessidade de pluridisciplinaridade do modelo até aqui quase apenas médico.

Serviço Social do Trabalho

A mesa com a participação de: Dr. Carlos Manuel Sá Ramalho; A. S. Adelina Maria Oliveira; Eng.^o José Pinto Ferreira; A. S. Dinah Ferreira.

Iniciou as exposições o Dr. Carlos Ramalho com uma análise da conjuntura empresarial portuguesa — crise económica, necessidade de reconversão, de grande flexibilidade de resposta, reabsorção da mão de obra, como imperativos da instituição, mas também, da parte dos trabalhadores, aspirações de segurança, melhoria do nível de vida, realização profissional.

Seguiu-se uma exposição do Eng. Pinto Ferreira sobre as principais questões com que esbarra a segurança na empresa — inexistência de acções de sensibilização, de vistoria de projectos, ineficácia das comissões empresariais da segurança, falta de estatísticas e de regulamentação nacional das indicações da OIT.

A Assistente Social, Dinah Ferreira apontou o vasto objectivo de trabalho do técnico de Serviço Social no sector e apontou como uma das prioridades a relação dos trabalhadores com o seu local de trabalho.

Fez um pouco de história da intervenção social na empresa — recursos humanos nos anos 60; participação nos anos 70; no momento actual verificam-se carências imediatas dos trabalhadores se nem sempre de subsistência física, pelo menos ao nível da segurança no trabalho.

O debate abordou entre outros o problema de conciliação entre interesses contraditórios na empresa e a necessidade de uma equipa de gestão multidisciplinar.

Segurança Social

A mesa contou com a participação de: A. S. Eduarda Claro; A. S. Maria João Spratley; A. S. Maria Laura Fonseca Fernandes; Dr. António Lopes Dias; A. S. Fernanda Rodrigues; A. S. Maria Virgínia V. Leite de Sousa.

António Lopes Dias — Fez uma dissertação sucinta sobre o sistema de segurança social português atentando nos princípios que o regem: de unificação, descentrali-

zação e participação, e em questões fundamentais como a do financiamento e dos regimes de segurança social do sistema português. Particularmente no que respeita à acção social, referiu-se ao seu papel de contenção social e à falha que apresenta de não participação pelos utentes. Referiu ainda o sistema complementar que não fazendo parte do sistema de segurança social em si mesmo, é necessário para a sua implementação. Após as considerações tecidas sobre estes tópicos, propôs à sala a discussão da possibilidade efectiva de um sistema de segurança social em relação com as políticas económicas.

Virgínia Sousa — Os objectivos da acção social tal como definidos na Lei de Bases da Segurança Social são a animação comunitária e a acção supletiva em relação às falhas do sistema de segurança social. Na realidade dos serviços, estes são completamente abafados pelas situações de gravíssima carência económica que se somam aos casos assistidos ao longo de anos consecutivos. Verifica-se que os casos apresentados são constelações de problemas vividos por pessoas em idade de população activa e relacionados com necessidades básicas de trabalho, habitação, saúde, ou seja exactamente com as políticas económicas. A Acção Social dispõe de técnicos e de algum dinheiro, com obrigatoriedade de dar recursos à iniciativa privada e de se submeter e lhe respeitar a sua lógica de atendimento. Os poucos recursos em serviços de que a Acção Social dispõe estão a ser privatizados. O principal meio é o da planificação de equipamento mas mesmo aqui o que pode fazer é dar resposta aos pedidos existentes, propostas do privado, pelo que não pode empenhar-se na correcção das assimetrias.

Rosa Maria — Relatou uma experiência em que por proposta da equipa local foi dado parecer negativo a uma proposta de uma instituição privada para implantação de um Centro de Dia para Idosos. Realizando um estudo de necessidades verificou-se ser esta a nível da primeira infância, pelo que se propôs e criou uma creche familiar. Este percurso, raramente seguido pelos serviços de Acção Social evidenciou a importância da necessidade do estudo do meio na fundamentação técnica dos pareceres o que hoje reconhece a própria instituição que na altura fez o primeiro pedido.

Laura Fernandes e Eduarda — Na zona da Sé, uma experiência de trabalho coordenada entre dois técnicos de Serviço Social (um de uma instituição local e um dos serviços de Acção Social) e uma técnica de enfermagem do Centro de Saúde local, abrange hoje muitas mais instituições coordenadas num projecto de trabalho com amas que procura a mudança das condições oferecidas à criança neste meio social. O trabalho individualizado com cada ama, sobre a sua casa, os seus hábitos de higiene, de alimentação; de relação com a criança; o programa de abertura ao exterior, de contacto com brinquedos; de trabalho com as mães e atenção especial às condições de risco, foram aspectos desenvolvidos numa intervenção que mostrou a capacidade de investigação na acção e de construção de alternativas às soluções vulgarmente propostas pelos serviços.

Maria João Spratley — Falou sobre o Centro de Reabilitação Vocacional do Porto e a acção aí desenvolvida. A inserção no mundo de trabalho, objectivo prioritário só muito limitadamente é conseguido, sendo desenvolvido um trabalho de relação

individualizada com o utente e a sua família como meio para uma boa integração na sociedade. O Centro que tem uma capacidade de resposta reduzida, orienta-se para o apoio a projectos locais e de outros organismos como via para aumentar as suas possibilidades de acção.

Serviço Social, Prevenção e Justiça

A mesa contou com a participação de: Dr. José Tavares Pinto; Dr.^a Maria Teresa Rosmaninho; A. S. Maria Cândida Varela; Dr.^a Isilda Aragão; A. S. Maria do Céu Pardal.